

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° _____, DE 2023

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o preço dos combustíveis na Bahia após a privatização da RLAM.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater sobre o preço dos combustíveis na Bahia, após a privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM).

Para tanto solicito sejam convidados (as):

Petrobras – representante;

Direção da Refinaria Mataripe – representante;

Casa Civil do Governo do Estado da Bahia – representante;

Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro) – representante;

Federação Única dos Petroleiros (FUP) – representante.



JUSTIFICAÇÃO

Em 2021 a sociedade brasileira, em especial a baiana assistiu estarrecida às transações que envolveram a venda da 1ª refinaria do Brasil, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), apesar dos protestos da Federação Única dos Petroleiros, do Sindicato da categoria e de setores da sociedade preocupados com os ataques à soberania nacional.

Esta Comissão realizou uma audiência pública, atendendo a meu requerimento para discutir a venda da RLAM, em maio de 2021 (REQ nº 16/2021), praticada a preço vil, por 50% abaixo do valor de mercado, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep). Também no ano de 2021, apresentei uma Proposta de Fiscalização e Controle para verificar o processo de venda da RLAM (PFC nº 21/2021, arquivada).

Vendida pela Petrobras para o grupo Mubadala dos Emirados Árabes Unidos, a Refinaria Landulpho Alves (cujo nome homenageia o engenheiro e político baiano que muito lutou pela causa do petróleo no país) agora denominada Refinaria Mataripe é operada pela Acelen, empresa de energia criada pelo grupo comprador.

Em dezembro de 2022, ao completar um ano desde a privatização essa refinaria tem o combustível mais caro do Brasil e a população sofre com os altos preços e desabastecimento.

Em maio passado, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou o fim da política de preço de paridade de importação (PPI), mas o povo baiano não pode comemorar essa boa notícia, porque uma vez privatizada a refinaria, sua administradora pratica os preços de combustíveis mais caros das capitais do país, só perdendo para a refinaria do Amazonas, a REMAN, também privatizada. A Acelen já informou que vai continuar praticando os preços de PPI, ou seja, continuará a tomar referências internacionais para reajustar seus produtos. Assim, se sobem os preços do petróleo, do dólar e os custos de importação, sobem também os preços da Acelen no mercado interno.

Não foi por falta de aviso! No dia 4 de dezembro de 2021, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia publicou em seu site e redes sociais o alerta para o que viria pós privatização: “venda da RLAM vai gerar monopólio privado e aumento ainda maior dos preços dos combustíveis”. A matéria mostrava um estudo da PUC do Rio de Janeiro, que analisou os efeitos previstos da privatização de seis das oito refinarias que haviam sido colocadas à venda pela direção da Petrobras, na época, entre elas a RLAM (FUP, 02/12/2022).



Os pesquisadores apontavam que a Landulpho Alves (RLAM) era uma das refinarias com potencial mais elevado para formação de monopólios regionais, o que poderia aumentar ainda mais os preços da gasolina, diesel e gás de cozinha, além do risco de desabastecimento. O Sindipetro Bahia e a Federação Única dos Petroleiros também fizeram reiterados alertas, entraram com ações na justiça, denúncias no TCU e chamaram a atenção dos governantes e do Congresso Nacional para os prejuízos que viriam.

Contundente Editorial do Jornal A Tarde, do dia 9 de agosto de 2023, classifica como “irrazoável e imoral” a insistência da Acelen em manter as sucessivas elevações nos preços dos combustíveis. “Uma política remanescente do governo anterior precisa ser extirpada com máxima rapidez e eficiência, por penalizar o povo da Bahia: o preço do combustível não pode continuar acompanhando o mercado internacional (...) Sem compromisso com o Brasil, os estrangeiros precisam ser contidos na desmesura da mania de onerar a clientela, enchendo cofres com os aumentos abusivos. Para dimensionar o descalabro, em julho último a gasolina subiu 5,83%, derivando na comercialização por R\$ 6,045 o litro na Bahia, enquanto no mês anterior estava em R\$ 5,712, como se os brasileiros não fossem senhores em sua própria casa (...) A rapina se espalha nos derivados, como o diesel e o gás de cozinha, ocasionando prejuízos, pois o cotidiano da economia depende fortemente destes itens para as atividades profissionais, além da necessidade de sobrevivência”.

Esta Comissão precisa debater sobre os preços dos combustíveis no Estado da Bahia. Afinal, qual é o limite que uma empresa privada tem na precificação quando atua em monopólio regional? Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares ao presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 2023.



JORGE SOLLA
Deputado Federal (PT-BA)

